

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0681/2022

OBJETO: ITEM 01 – APARELHO DE TOMOGRAFIA

A **Bio Imagem Comércio de Equipamentos Médicos e Hospitalares Ltda. (“BIO IMAGEM”)** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 03.830.607/0001-97, com sede na rua Vergueiro, 360 - sala 707, Liberdade – São Paulo -SP, representada neste ato por seu representante legal, Sr. Alberto Cesar Mariotti Claro, portador da carteira de identidade nº 045.191.198-8 – IFP/RJ, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº 540.772.147-34, vem interpor: **RECURSO ADMINISTRATIVO com efeito SUSPENSIVO.**

De forma tempestiva, com fulcro no Decreto nº. 3.555/2000, art. 165 da Lei n.º 14.133/2021 e art. 44, § 1º do Decreto n.º 10.024/2019, e com fundamento no item 10.1 do Edital do Pregão Eletrônico em referência, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão do i. Pregoeiro, fundamentado nas informações da Comissão Técnica, sob a decisão que habilitou a proposta da **CANON MEDICAL SYSTEMS DO BRASIL LTDA. (“CANON MEDICAL”)**, conforme razões de fato e de direito adiante expostas.

I - PRELIMINARMENTE

1.1 - Do Efeito Suspensivo do Procedimento Licitatório

Cumprе ressaltar que o presente recurso administrativo terá efeito suspensivo nos moldes do artigo 168 da Lei nº 14.133/21, que dispõe:

Art. 168. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Portanto, requer seja o presente recurso processado sob o efeito suspensivo paralisando todos os atos do procedimento licitatório, até a prolação da decisão final.

1.2 - Da Autoridade Superior

À teor do artigo 165, §2º da Lei nº 14.133/21 que dispõe:

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do **caput** deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, **encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

O dispositivo legal foi claro em prever a apreciação do recurso administrativo pela autoridade superior ao agente que proferiu a decisão, podendo este a reconsiderar.

Portanto, requer seja o presente Recurso Administrativo, devidamente processado pelo i. Pregoeiro e encaminhado à Autoridade Superior, para o pronunciamento nos ditames da Lei nº 14.133/21.

II - DOS FATOS

Esta administração tornou pública a realização do procedimento licitatório em epígrafe, tendo por objeto a lavratura de uma Ata de Registro de preços para **“AQUISIÇÃO DE TOMÓGRAFO COMPUTADORIZADO (16 CORTES)”**, para atender às necessidades da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.

A Recorrente participou do certame com o intuito de fornecer o item licitado, respeitando todas as exigências contidas no edital.

A empresa Recorrente credenciou-se no referido procedimento licitatório e, atendendo às condições gerais constantes do Edital, e apresentou sua proposta em conformidade ao exigido no Edital.

Ocorre que a decisão do i. Pregoeiro, fundamentado e amparado pelas informações da Comissão Técnica, decisão esta que culminou com a classificação e habilitação da empresa **“CANON MEDICAL”**, ao fornecimento do referido equipamento, restou EQUIVOCADA, ao passo que a proposta comercial por ela apresentada, não atendeu integralmente as Regras do Edital, haja vista que afrontou diretamente o disposto no artigo 5º e 59º, II da lei 14.133/21, e do instrumento convocatório, considerando que não atende integralmente as especificações técnicas do produto exigido no ato convocatório.

Sendo assim, a proposta da licitante **“CANON MEDICAL”**, encontra-se defeituosa e em desconformidade com as regras do Edital, fato que acarreta em sua DESCLASSIFICAÇÃO. Deste modo, pretende a recorrente, revogar a r. decisão, devendo esta ser reconsiderada pela Administração, senão vejamos:

III - DO MÉRITO

Consigne-se, *“ab initio”*, que a licitação, sob a materialização de quaisquer de suas espécies, pode ser definida como um procedimento administrativo, pelo qual um ente público (submetido, ou não, ao regime de direito privado), no exercício de função própria da Administração, abre a todos os interessados em contratar com o Poder Público a possibilidade de apresentarem suas propostas dentre as quais selecionar-se-á a mais eficiente para a celebração de contrato.

A Equipe Técnica de Apoio bem como o Pregoeiro, pertencem à instituição Pública, submetem-se, conforme o art. 37 da CF/88, aos princípios que regem a administração pública, portanto, adstrita às imposições da lei.

Sendo assim, o administrador público não goza do princípio da autonomia da vontade, pois este só vigora nas relações entre particulares. O Estado, segundo lição de José dos Santos Carvalho Filho (Manual de Direito Administrativo, 90 ed.), só deve fazer algo em decorrência da vontade legal e jamais ir de encontro à lei. A inexistência do princípio da legalidade é incompatível com o estado democrático, pois deste princípio decorre a garantia de que os direitos individuais deverão ser respeitados, sob pena do ato administrativo que violar a lei ser anulado.

Pontuada estas premissas, infere-se que, na hipótese deste processo licitatório, o julgamento da proposta apresentada pela licitante “**CANON MEDICAL**”, contraria as regras do edital e a Lei nº 14.133/21.

3.1 - Do Descritivo do Edital /Produto em Desconformidade Com as Especificações Técnicas Exigidas

Conforme dito anteriormente, a proposta apresentada pela licitante “**CANON MEDICAL**”, ao fornecimento do item : **TOMÓGRAFO COMPUTADORIZADO (16 CORTES)**” não atende as especificações técnicas do edital, de modo que deveria ser reprovada com a desclassificação da proposta.

Assim, para melhor ilustrar, passaremos a tratar individualmente do item em questão, demonstrando a incompatibilidade técnica do produto.

ITEM 01 :

TOMÓGRAFO COMPUTADORIZADO (16 CORTES). Tomógrafo computadorizado helicoidal de 16 canais, com detector de estado sólido com, no mínimo, 16 fileiras físicas que realize pelo menos 16 cortes por rotação. (Conforme Especificações na íntegra do Termo de Referência).

Conforme Descritivo do Edital – Solicita o seguinte :

Protocolo DICOM 3.0: Print, Storage SCU e MWM (Worklist). Mesa do paciente com peso suportável de, no mínimo, 220Kg. **Estação de Trabalho** independente com configuração de Hardware da Estação de trabalho independente de no mínimo: Processador Intel Xeon Quad Core 2.4GHz (ou superior), 12 GB de memória RAM (ou superior), HD com capacidade mínima de 380 GB (ou superior), monitor LCD de no mínimo 19 polegadas, gravador de CD-RW e DVD-RW, modem e placa de rede padrão Ethernet, placa de vídeo com no mínimo 512Mb de memória, teclado e mouse, sistema operacional compatível com o equipamento. Softwares necessários na estação de trabalho: reconstrução multiplanar (MPR), MPR curvo e oblíquo, MIP, min-MIP, reconstrução tridimensional (3D) SSD e VR, remoção de ossos automática; Pacote vascular avançado para Angio CT - segmentação automática de vasos.

(Captura de tela retirada da do Termo de Referência pag. 1)

Em virtude da vinculação da proposta, a mesma não atende os requisitos técnicos ao deixar de apresentar o item **“estação de trabalho”** a **“CANON MEDICAL”**, violando os itens 7.1, do edital tomando sua proposta desconforme nos termos do mesmo chamamento, que dispõe:

7.1 No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6 do edital; (GRIFO NOSSO).

Assim temos o seguinte, conforme consta registrado na proposta apresentada pela **“CANON MEDICAL”**, que no **“item 1 Descrição da composição principal (págs. 1-2)”**, encontramos a descrição completa dos itens que compõem o equipamento ofertado para recorrida, contudo não há nenhuma menção a “estação de trabalho”, conforme solicitado no descritivo técnico.

Somente encontramos menção ao console de comando e seus componentes:

01 Sistema de Aquisição MULTIS

01 Console de operações;

01 Monitor LCD color 19";

01 Teclados e mouses;

(Captura de tela retirada da proposta pag. 1)

Como também no **“item 2 Acessórios”** na pág. 2 , somente encontramos menção a **“um nobreak para o console”**, e novamente nenhuma menção a nobreak para a referida estação de trabalho.

01 Estabilizador de tensão;

01 Nobreak para o Console.

(Captura de tela retirada da proposta pag. 2)

4 – Da Vinculação as Regras do Edital / Desclassificação da Proposta Desconforme

Conforme destacado acima, o equipamento ofertado pela licitante **“CANON MEDICAL”**, não atendem ao descritivo do edital, o que impõe sua DESCLASSIFICAÇÃO, nos termos dos itens que dispõe:

7.2 O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão

requerente), DESCCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis; (GRIFO NOSSO)

18.1.5.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da administração, que se vincula, a seus termos, e assim, o artigo 5º da lei 14.133/21º determina:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da **vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do : [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\).](#)

Destarte que todos os contratos, mesmo os decorrentes do registro de preço, deverão estar estritamente vinculados as regras do edital, assim estabelece o artigo 92º, II da lei 14.133/21:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

Conjugando ambos, podemos afirmar a estrita vinculação da administração ao Edital, sejam quantos as regras de fundo, sejam quanto aquelas de procedimentos. Em obediência ao princípio da legalidade, do julgamento objetivo e da vinculação ao Edital, esta Administração deve se restringir ao fiel cumprimento das normas editalícias.

Assim é o ensinamento do Ilustre Prof. Marçal Justem Filho :

Nada poderá ser decidido além do constante no Edital. A descrição do objeto da licitação contida no edital não pode deixar margem a qualquer dúvida nem admite complementação a posteriori. Entre a opção de uma descrição sucinta e uma descrição minuciosa, não pode haver dúvida para a Administração Pública. Tem de escolher a descrição completa e minuciosa. Certamente, a descrição deve ser clara. Mas “minúcia” não significa “obscuridade”. Se a descrição do objeto da licitação não for completa e perfeita, haverá nulidade [...] São os princípios norteadores da licitação a “vinculação ao edital” e o “julgamento objetivo”. JUSTEN FILHO, Marçal. Pregão (Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico), 2ª ed., São Paulo, Dialética, 2003;

“O descumprimento às regras do edital acarreta em nulidade dos atos infringentes. A extensão do vício...” Justem Filho, Marçal. Comentários da Lei de Licitações e Contratos Administrativo – 15º ed. – São Paulo: Dialética, 2012 3 Direito Administrativo Brasileiro, 26ª edição, Malheiros Editores, 2001, páginas 258 e 259.

A licitação, como procedimento administrativo, deve ceder aos princípios da igualdade entre os licitantes e da vinculação ao edital (artigo 5º, caput, da Lei Federal nº. 14.133/21). Na lição do Professor Hely Lopes Meirelles, comentando esses dois princípios:

“A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, quer desiguale os iguais ou iguale os desiguais (artigo 3º, § 1º)”.

“O desatendimento a esse princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio de poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou o favoritismo administrativo, sem nenhum objetivo ou vantagem de interesse público.”

“Assim, estabelecidas as regras do certame, tornam-se inalteráveis para aquela licitação, durante todo o procedimento.”

Direito Administrativo Brasileiro, 26ª edição, Malheiros Editores, 2001, pág. 258 e 259

Por forma do princípio da igualdade entre as licitantes, em atenção às regras do edital, foi constatado que o equipamento ofertado pela licitante **“CANON MEDICAL”**, não atende ao edital, pela falta do item **“estação de trabalho”**, pelo que deveria a autoridade Administrativa promover sua imediata **DESCCLASSIFICAÇÃO** por força das regras do edital em consonância com a sua vinculação prevista no artigo 5º de lei 14.133/21.

Nesse sentido

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS NA ORIGEM. LICITAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA. APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICOFINANCEIRO SEM AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL. AFASTADA A NULIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA LICITANTE VENCEDORA. 2. **“A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ... a recorrente deixou de atender a requisito previsto no edital, em clara ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório....**

Recurso ordinário não provido. (RMS 15.190/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02.02.2006, DJ 20.03.2006, p. 222);

Os princípios acima (**igualdade/ vinculação ao edital**) proíbem que a exigência seja abrandada em favor de um dos interessados, em prejuízo dos demais que se submeteram às condições impostas pelo edital, o qual, não é demais acentuar, vincula a todos os participantes, inclusive a administração pública.

Portanto, configurada a grave afronta a legalidade, impessoalidade, a moralidade e a isonomia a aprovação das amostras e posterior homologação do feito, a atitude contrária adotada pela municipalidade se reputa inadmissível.

Ademais,

“No caso presente, não houve formalismo exagerado, pois a validade da proposta é sempre condicionada à observância expressa das regras contidas no Edital e seus anexos, que são aplicadas a todos os licitantes”. **Agravo de Instrumento nº**

2110722-04.2022.8.26.0000 - TERESA RAMOS MARQUES
Relator (GRIFO NOSSO)

Poupando quaisquer refutações hábeis ao presente caso, não há que se falar em excesso de formalismo, pautando-se pelo princípio do formalismo moderado, isto porque, os eventos ocorridos alteram substancialmente o resultado do certame, gerando prejuízo a esta peticionária, lesando direito à adjudicação dos produtos.

Não se trata, portanto, de exagero formal (demanda por documentos inúteis e indiferentes ao resultado útil), mas sim visa o atendimento a FORMALIDADE, que se resume ao procedimento formal, impossível de ser violado por eventos discricionários que afrontem a finalidade e essência do Edital.

Assim, considerando que o equipamento ofertado pela licitante “**CANON MEDICAL**”, não atende as regras do edital e seus anexos, sua proposta deverá ser DESCLASSIFICADA.

IV - DOS PEDIDOS

Ante os fatos narrados e as razões de direito acima aduzidas, a RECORRENTE requer à d. Comissão de Licitações:

- a) – que seja adotado o efeito suspensivo nos termos da Lei nº 14.133/21;
- b) – que seja reconhecida e declarada a total PROCEDÊNCIA do presente recurso a fim de DESCLASSIFICAR a proposta apresentada pela licitante “**CANON MEDICAL**”, considerando que não atendeu integralmente do “**Termo de Referência**” do edital;

- c) que seja o presente recurso remetido para a Autoridade Superior, à apreciação das razões acima expostas, a fim de que seja reformado o julgamento preferido originalmente pela Comissão de Licitações nos termos do artigo 165, §2º da Lei nº 14.133/21;
- d) - que em caso de manter a Classificação da licitante, seja fundamentada a decisão, para subsidiar, em tese, **futuro ingresso do remédio processual adequado.** (MANDADO DE SEGURANÇA);
- e) – por fim, requer o pronunciamento público e formal, quanto ao julgamento do presente recurso.

Termos em que,
Pede Deferimento.

São Paulo, 18 de setembro de 2024.

Alberto César Mariotti Claro
Representante Legal
Bio Imagem Comércio de Equipamentos
Médicos e Hospitalares Ltda.
CNPJ: 03.830.607/0001-97